



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
25/01/2019.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 2

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Nuno Filipe Gomes de Brito;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Mêlina Monteiro Mira Domingues** comunicou em 24/01/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que, por compromissos profissionais já agendados, não poderá estar presente nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que durante a sua ausência, e em todas as suas funções enquanto Vereadora, será substituída pelo candidato imediatamente a seguir na lista do MpM – Movimento pela Marinha, **Sr. Nuno Filipe Gomes de Brito**.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

#### PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

1. Transferência de novas competências para os Órgãos Municipais - Exercício dessas competências no ano de 2019

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **1. Transferência de novas competências para os Órgãos Municipais - Exercício dessas competências no ano de 2019**

29 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta:

**A** - No final do mês de novembro de 2018 foram publicados os seguintes diplomas de concretização de transferências de competências para os órgãos municipais em alguns domínios, a saber:

- i) Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres** integradas no domínio público hídrico do Estado;
- ii) Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos**;
- iii) Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio das vias de comunicação**;
- iv) Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da justiça** [e também para as entidades intermunicipais];
- v) Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários** [e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários];
- vi) Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro: concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **nos domínios da instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, da instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, da instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes** [concretiza igualmente a transferência de competências para os órgãos das freguesias no domínio da instalação e da gestão de Espaços Cidadão];
- vii) Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da habitação**;
- viii) Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da gestão do património imobiliário público**;
- ix). Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio do estacionamento público**;

**B** - Todos os nove diplomas supra identificados contêm um artigo com a seguinte redacção:

*«1 — O presente decreto-lei produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2019, sem prejuízo da sua concretização gradual nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 20 de agosto, e do disposto no número seguinte.*

*2 — Relativamente ao ano de 2019, os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendam exercer as competências previstas no presente decreto -lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após entrada em vigor do presente decreto-lei.».*

**C** - Todos os diplomas acima indicados mencionam expressamente a data de produção de efeitos dos mesmos. No entanto, não referem expressamente, a data da sua entrada em vigor, que é uma figura jurídica distinta daquela.

**D** - Sobre esta matéria, estabelece o n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, alterada, [regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas] que, sempre que os diplomas sejam omissos quanto à data de entrada em vigor, deverá entender-se que os mesmos entrarão em vigor no quinto dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República, data a partir da qual passará o correr termos o aludido prazo de sessenta dias para o envio da eventual (e já referida) comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

**E** - Assim, caso o Município da Marinha Grande queira opor-se ao exercício das novas competências no decurso do ano de 2019, essa comunicação deverá ser feita à DGAL até:

**31-01-2019** (Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro e Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro);

**01-02-2019** (Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro);

**02-02-2019** (Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro).

**F** - Analisados os 9 (nove) Decretos-Lei acima identificados e todo o quadro legal disponível sobre transferências de (novas) competências para os órgãos municipais, verificamos que não existe um conhecimento pleno sobre a real extensão e alcance das competências nos vários domínios das mesmas, nomeadamente no que respeita aos montantes das transferências financeiras do Estado para as entidades que vão receber as novas competências e se as transferências das novas competências serão, ou não, acompanhadas de recursos humanos e, em caso afirmativo, qual o seu número.

Acresce ainda que a publicitação dos referidos 9 (nove) diplomas foi feita no final do mês de novembro de 2018, data em que as câmara municipais já tinham aprovado os seus orçamentos e demais documentos previsionais e enviado às assembleias municipais, pelo que não foram previstas dotações orçamentais para assunção dessas competências no ano de 2019.

**G** - A Presidente da Câmara Municipal envidou esforços no sentido de obter informação adicional sobre as transferências de competências constantes dos nove diplomas acima identificados, tendo, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) reunido com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Carlos Miguel, a fim de obter mais informação e esclarecimentos, considerando que, perante a falta de informação, não é possível aceitar e exercer, totalmente, as novas competências, nem gerir, bem e responsabilmente, os recursos públicos municipais, sempre limitados.

**H** - Apesar de se reconhecer que não estão ainda totalmente esclarecidas todas as questões, entende a Presidente da Câmara Municipal que deve ser feito um esforço de aceitação de algumas das competências identificadas em A., já a partir de 2019, na convicção de que a descentralização administrativa das mesmas é mais vantajosa para os municípios da Marinha Grande, tendo presente ainda que em alguns casos particulares a Câmara Municipal já exerce essas competências em regime de substituição às Entidades da Administração Central.

**I** - Ainda assim, entende também a Presidente da Câmara que esse esforço deve reunir o consenso alargado de todas as forças políticas com assento nos Órgãos Autárquicos pelo que remete à consideração e decisão da Câmara Municipal quais as competências a ser transferidas para o Município da Marinha Grande já em 2019 e quais as que não deverão ser aceites.

**J** - Após análise, apreciação e discussão de cada um dos diplomas setoriais acima identificados, a Câmara Municipal entende que devem ser aceites em 2019 as competências transferidas para o Município da Marinha Grande, através do:

Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos**;

Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da justiça** [e também para as entidades intermunicipais];

Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários** [e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários];

Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro: concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **nos domínios da instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, da instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, da instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes** [concretiza igualmente a transferência de competências para os órgãos das freguesias no domínio da instalação e da gestão de Espaços Cidadão];

Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da habitação**;

Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da gestão do património imobiliário público**.

**K - A Câmara Municipal entende que continuam a não estar reunidas as condições necessárias para, no ano de 2019, assumir o exercício e assunção das competências previstas no:**

Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres** integradas no domínio público hídrico do Estado;

Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio das vias de comunicação**;

Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio do estacionamento público**.

razão pela qual se entende:

a) Que seja solicitado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Marinha Grande que convoque uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal que preside, a fim de ser deliberado que, no Município da Marinha Grande, não estão reunidas as condições técnicas, financeiras e funcionais necessárias para o exercício responsável e assunção das novas competências constantes do:

Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres** integradas no domínio público hídrico do Estado;

Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio das vias de comunicação**;

Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio do estacionamento público**.

b) Que a sessão extraordinária da Assembleia Municipal se realize, o mais tardar, até ao próximo dia 30 de janeiro, a fim de que a deliberação deste órgão deliberativo seja comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) em 31 de janeiro de 2019 (último dia para comunicar à DGAL, no que se refere às competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro).

L - Considerando quanto fica exposto acima a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, **deliberou por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra, propor à Assembleia Municipal** que:

a) Ao abrigo da sua competência prevista no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro e no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, no ano de 2019, os órgãos municipais do Município da Marinha Grande não poderão exercer as competências previstas nos diplomas legais acabados de enumerar em K, por não se encontrarem reunidas as condições técnicas, financeiras e funcionais necessárias para o seu pleno e responsável exercício;

b) A deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado.

**Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“O reforço do poder local e a descentralização de competências em tese é uma coisa muito boa, pelo menos para nós que acreditamos que as autarquias conseguem fazer mais com menos recursos e conhecem muito melhor os problemas dos cidadãos do nosso concelho. Poderá haver algumas dificuldades internas, dado o nível do modelo de funcionamento desta câmara, das opções políticas que têm tomado, a manifesta dificuldade de gestão, entre tantos mais problemas.*

*A informação disponível existe apenas em abstrato. Não sabemos em concreto o que será transferido por cada diploma, bem como os recursos humanos, materiais e financeiros que necessitaremos para as executar. Tudo é uma nuvem sem clarificação, mas queremos decidir em consciência de que estamos a fazer o melhor para a nossa população.*

*Tendo em conta que mais tarde temos de vir a aceitar todas estas competências, precisamos, por agora, que a Câmara clarifique melhor alguns pontos e negocie com o governo, para estarmos preparados para aceitar estas competências, beneficiando os nossos munícipes sem acrescidos custos para a Câmara e consequentemente para os contribuintes marinhenses.*

*Do ponto de vista genérico, sob condição de negociação de recursos humanos, financeiros e técnicos, somos favoráveis à descentralização de todas as competências.*

*Por essa razão entendemos votar favoravelmente a transferência de novas competências para os Órgãos Municipais - Exercício dessas competências no ano de 2019*

Os Vereadores  
Aurélio Ferreira  
Nuno Brito”

**As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Quando falamos neste tema (descentralização para as autarquias) é fundamental ter em mente aspectos que devem reger esta matéria.*

*1º: o financiamento: sem finanças locais bem definidas não é possível realizar alterações condignas às situações com que nos defrontamos e temos que resolver. Relembramos que a 1ª Lei das Finanças Locais só foi publicada em 1979. Só que, desde então, todos os governos, inclusive o atual, nunca a cumpriram nas suas várias versões. E estamos a falar de muitos milhões de euros (e de contos) que foram retirados as autarquias locais!*

*2º: As competências que devem ser atribuídas a cada um dos níveis de poder: a Lei 1/79 (Lei das Finanças Locais) impôs ao governo que apresentasse na AR um projeto sobre as responsabilidades da administração central e do poder local quanto aos respectivos investimentos. Sucede porém que, apesar de aprovada por unanimidade em 27/6/1976 (projeto de Lei do PCP) tal Lei nunca foi publicada. Conclusão: estamos num limbo, vivemos num regime sem racionalidade e de falsa legitimidade em todas as situações em que têm sido concretizadas as "diversas descentralizações".*

*3º: Depois temos ainda que definir bem as articulações e a coordenação entre o poder central, as regiões administrativas e os municípios. Não havendo regiões administrativas podemos estar a eternizar uma solução que emperra todo o processo da regionalização.*

*Estamos perante um processo em que o Governo em vez de procurar descentralizar competências, está antes a tentar desconcentrar a incompetência!*

*Por outro lado, não podemos de deixar de chamar a atenção para o acentuar das assimetrias regionais que esta descentralização pode provocar.*

*Concluindo: que fique bem claro que não estamos contra a descentralização, é algo que a CDU defende há largos anos, a qual não pode ser desgarrada da criação das regiões administrativas, com reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações, devendo ser encetado um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, devendo identificar-se claramente no domínio das novas competências, as que se adequam ao nível municipal e que não comprometam direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados, e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.*

*Entendemos que há competências, já neste pacote legislativo, que faz todo o sentido serem assumidas pelas autarquias, mas devemos aproveitar o tempo que a Lei nos concede para nos prepararmos o melhor possível para as aceitarmos.*

*A Srª Presidente, aceitando já estas competências, depois não se venha lamentar que os recursos não chegam, que não tem dinheiro, que o dinheiro não chega para tudo, que não dispõe de recursos humanos para assegurar o que está agora, e já, disposta a aceitar!*

*São conhecidas as dificuldades que este Executivo Permanente tem em cumprir as suas próprias competências, quanto mais novas competências que eram, até agora, do Governo Central!*

*Face aos motivos expostos, votámos no sentido da não aceitação das competências propostas.*

*As Vereadoras da CDU  
Alexandra Dengucho e Lara Lino"*



**A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Neste processo assumimos hoje algumas das competências que nos parecem ser aquelas que não nos deixam dúvidas de assunção nesta data, nomeadamente os Decretos-Lei 98/2018, 101/2018, 103/2018, 104/2018, 105/2018 e 106/2018.*

*Sentimos ser prudentes relativamente à não assunção de Competências relativamente às praias, vias de comunicação e estacionamento público, exactamente porque há questões que ainda, para nós, não se encontram bem definidas e decorrem de trabalhos que temos vindo a desenvolver com as entidades relacionadas com estas matérias.*

*Como estes assuntos não estão ainda encerrados para nós, neste momento iremos deixar para possibilidade de assunção futura os Decretos-Lei 97/2018, 100/2018 e 107/2018.*

*Temos consciência que este processo de descentralização de competências se completará em 2021. Daí que com sentido de responsabilidade assumimos as propostas que acabamos de aprovar.*

*Sabemos que é um processo universal e que em curto espaço de tempo, como já referi, será da competência de todas as autarquias.*

*Existem em todos eles competências que a própria CM já tem assumido, pelo que nos parece nesta data ser mais fácil a gestão do território assumindo-as como nossas não nos fazendo perder tempo na solicitação de autorizações para intervenção da autarquia.*

*Em relação às competências intermunicipais entendemos que dentro do Conselho da CIMRL se tomarão melhores e mais rápidas decisões, daí o nosso voto favorável em todas elas.”*

**Os Srs. Vereadores Carlos Caetano e Célia Guerra subscreveram a declaração de voto da Sr.ª Presidente.**

**A presente deliberação foi aprovada em minuta.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 11:15 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**

O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital.
--